

Registro nº
1084431
2º Ofício do Registro de Títulos e Docs.- BH



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
3426655 - 1796768

Custas: R\$
Total 745,81



DN 551,07-FET3 113,16 8ºD 14,77 MM 10:05 AC 0,20-FUNDEF 1
27:55-FUNDEF 3 27:55
Registrado e digitalizado em 18/06/2012

entre

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.
como Fiadora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

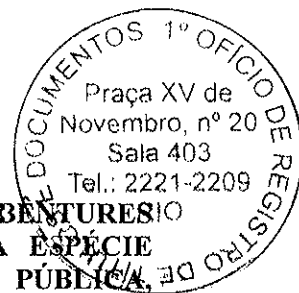
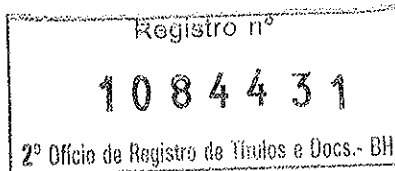
Datado de

23 de maio de 2012



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO	5
CLÁUSULA II REQUISITOS	6
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	7
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	11
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	21
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	21
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	25
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA	31
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	38
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	47
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	51
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	56



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, CEP 30110-937, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 04.031.960/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”);

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, sala 514, bloco 04, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

e, ainda, como interveniente-garantidora,

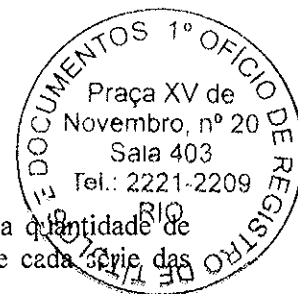
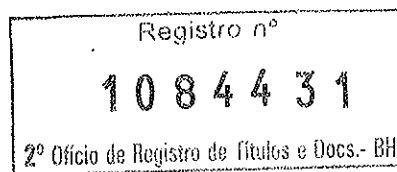
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, CEP 30110-937, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.262.213/0001-94, neste ato representada por seus diretores estatutários na forma de seu Estatuto Social (“Fiadora” e, conjuntamente com a Emissora e o Agente Fiduciário, doravante denominados “Partes” e cada um, individualmente, denominado “Parte”);

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Escritura” ou “Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definidos abaixo) são realizadas e esta Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de maio de 2012 (“AGE”), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) em 10 de maio de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Diário do Comércio” em 15 de maio de 2012, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), na qual foram deliberadas a (i) realização da Emissão (conforme definido abaixo); e (ii) autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão,



podendo, inclusive, celebrar o aditamento a esta Escritura que definirá a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série da Emissão e a taxa final de remuneração de cada série das Debêntures.

1.1.2. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo), dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), dos Juros Remuneratórios da Terceira Série (conforme definido abaixo), bem como as quantidades de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série a serem emitidas e alocadas em cada uma das respectivas séries em sistema de vasos comunicantes nos termos do item 3.3 abaixo serão apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e ratificadas por meio de aditamento à presente Escritura, estando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de prévia aprovação societária ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. Qualquer das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

1.2. Autorização da Fiadora

1.2.1. A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base no artigo 8 do estatuto social da Fiadora, o qual permite que a Diretoria preste a fiança nos termos desta Escritura sem necessidade de ato societário da Fiadora.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 3 (três) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória prestada pela Fiadora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora, no valor total de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), sendo R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) sob o regime de garantia firme e R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) sob o regime de melhores esforços de colocação (“Emissão” ou “Oferta”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

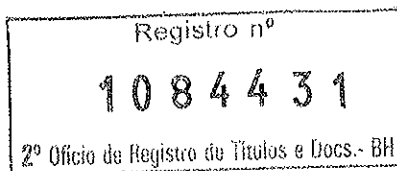
2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, datado de 9 de junho de 2010.

2.2. Arquivamento na JUCEMG e Publicação dos Atos Societários

A ata da AGE foi arquivada na JUCEMG em 10 de maio de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Diário do Comércio” em 15 de maio de 2012.



2.3. Arquivamento da Escritura na JUCEMG

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG, conforme disposto no inciso II e no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança

Em virtude da Fiança (conforme definido abaixo) a que se refere o item 3.8 abaixo, a ser prestada pela Fiadora (aqui representada por dois diretores estatutários) em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada pela Emissora, às expensas da Emissora, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartórios de RTD"), previamente à subscrição e integralização das Debêntures.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP, e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), de acordo disposto no artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvada a exceção prevista no parágrafo 1º do referido artigo 15 da Instrução CVM 476, sendo certo, ainda, que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a segunda emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Número de Séries e Disposições Gerais Aplicáveis a cada Série

A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira série doravante denominadas



“Debêntures da Terceira Série” (as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série são doravante denominadas “Debêntures”).

A existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série será definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, não havendo valor máximo ou mínimo para a emissão de cada série. Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à aquisição de ações de emissão da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (“Andrade Gutierrez Concessões”) e outros fins corporativos.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação no montante de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e sob o regime de melhores esforços de colocação no montante de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Coordenador Líder”), e de outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários convidadas ou que venham a ser convidadas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, para participar da distribuição pública das Debêntures (em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), nos termos do “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob os Regimes de Garantia Firme e de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Segunda Emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados”: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.5.3. A existência, a quantidade de Debêntures a serem emitidas e alocadas em cada uma das séries, assim como a remuneração das Debêntures de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio do sistema de vasos comunicantes, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, respeitando-se, para tanto, as disposições constantes da Instrução CVM 476, conforme aplicável (“Procedimento de Bookbuilding”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, estando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de prévia



aprovação societária ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. Qualquer das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador). O Agente Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

3.7. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

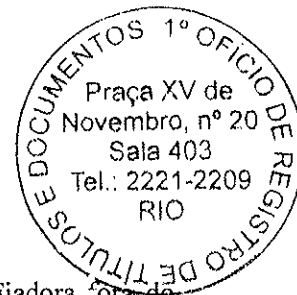
3.8. Garantia Fidejussória

3.8.1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Fiadora presta garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta.

3.8.2. A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios da Segunda Série e/ou da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, bem como dos encargos moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido da Primeira Série", "Valor Garantido da Segunda Série" e "Valor Garantido da Terceira Série", respectivamente, e em conjunto "Valor Garantido").

3.8.2.1. As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.8.3. O Valor Garantido da Primeira Série, o Valor Garantido da Segunda Série e/ou o Valor Garantido da Terceira Série, conforme o caso, serão pagos pela Fiadora no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas da Primeira Série, aos Debenturistas da Segunda Série e/ou aos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.



3.8.3.1. O pagamento citado no subitem 3.8.3 acima deverá ser realizado pela Fiadora ~~fora do~~ âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.8.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.5. A Fiadora subrogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

3.8.6. A presente Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série, do Valor Garantido da Segunda Série e do Valor Garantido da Terceira Série, conforme aplicável, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7. A Fiadora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série, do Valor Garantido da Segunda Série e/ou do Valor Garantido da Terceira Série, conforme o caso, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido da Primeira Série, do Valor Garantido da Segunda Série e/ou do Valor Garantido da Terceira Série, conforme aplicável.

3.8.10. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de RTD, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de seu arquivamento pela JUCEMG, sendo certo que a obtenção do registro nos Cartórios de RTD, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do arquivamento desta Escritura pela JUCEMG. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.



CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, contando com garantia fidejussória prestada pela Fiadora, nos termos da Cláusula 3.8 acima.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Datas de Vencimento:** (a) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de junho de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"), (b) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de junho de 2019 ("Data de Vencimento da Segunda Série"), e (c) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de junho de 2022 ("Data de Vencimento da Terceira Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Datas de Vencimento". Nas respectivas Datas de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), conforme o caso, atualizado monetariamente, se aplicável, e acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou dos Juros remuneratórios da Terceira Série, (conforme abaixo definidos), conforme o caso, calculados *pro rata temporis* a partir da data de pagamento da respectiva remuneração imediatamente anterior, devida em razão das Debêntures.

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas até 80.000 (oitenta mil) Debêntures, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série serão definidas de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o item 3.5.3 acima.

4.1.8. **Dia(s) Útil(eis):** Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.



4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não serão atualizados monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** (A) Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano (“Taxa Máxima da Primeira Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (“Juros Remuneratórios da Primeira Série”); e (B) Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano (“Taxa Máxima da Segunda Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Segunda Série (“Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série e os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão ser pagos observada a periodicidade prevista nos itens 4.7.1 e 4.7.2 abaixo, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série ou Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série, conforme o caso, na forma da Cláusula VI abaixo). Os cálculos dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série obedecerão a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$



onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até “n_{DI}”;

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n_{DI}” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \frac{(\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}}{100}$$

onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.



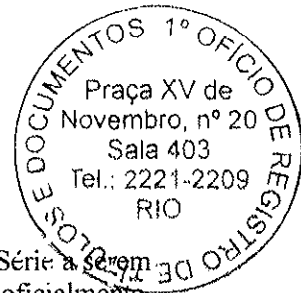
4.2.2.2. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.3. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora, os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.4, 4.2.2.5 e 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso) que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.2.5 abaixo.

4.2.2.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso) entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série ou os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série ou de Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas ou para



cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série com relação às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes desta Escritura.

4.2.2.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada ou apurada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

4.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série

As Debêntures da Terceira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE" e "Atualização da Terceira Série", respectivamente), sendo o produto da Atualização da Terceira Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso.

4.3.1.1. A Atualização da Terceira Série será paga na periodicidade e na proporção previstas no item 4.6.3 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou do Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, na forma da Cláusula VI abaixo conforme aplicável.

4.3.1.2. A Atualização da Terceira Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

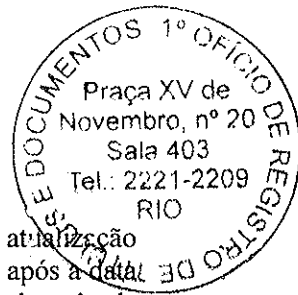
VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde,

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dt}} \right]$$

n = número total de número-índices considerados na Atualização da Terceira Série, sendo "n" um número inteiro;



NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série; após a data de aniversário respectiva, o " NI_k " corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Terceira Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

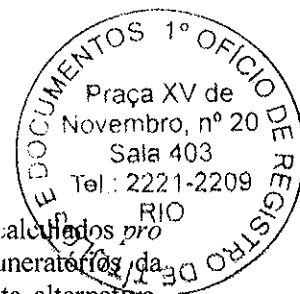
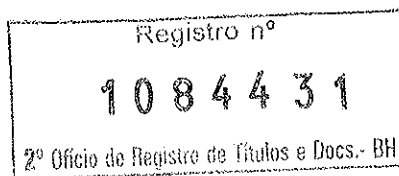
dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Terceira Série, sendo "dut" um número inteiro.

4.3.1.3. Observações:

- (a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- (b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- (c) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;
- (d) O fator resultante da expressão $[NI_k / NI_{k-1}^{(dup/dut)}]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- (e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do novo índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Terceira Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Terceira Série, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Terceira Série, que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Terceira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, pelo Valor Nominal Unitário atualizado ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série,



acrescido dos Juros Remuneratórios da Terceira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Terceira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA volte a ser divulgado ou apurado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, a respectiva Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização da Terceira Série.

4.3.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (“Juros Remuneratórios da Terceira Série” e, em conjunto com a Atualização da Terceira Série, a “Remuneração da Terceira Série”), observado que durante o Procedimento de *Bookbuilding*, como parâmetro para a definição dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, será considerado como taxa máxima o percentual de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano (“Taxa Máxima da Terceira Série” e, em conjunto com a Taxa Máxima da Primeira Série e a Taxa Máxima da Segunda Série, as “Taxas Máximas”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Terceira Série definida de acordo com Procedimento de *Bookbuilding* incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, atualizados conforme o item 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no item 4.7.3 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou do Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, na forma da Cláusula VI abaixo), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Terceira Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

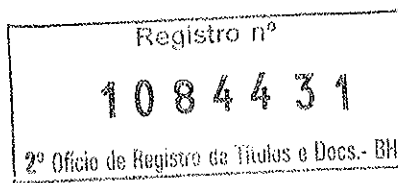
onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \frac{(\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}}{100}$$



onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Terceira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.4. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série (conforme abaixo definidos), conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série e Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, conforme o caso.

4.5. Para fins desta Escritura, define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” o Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série remanescente após cada Data de Amortização da respectiva Série, conforme o caso.

4.6. Amortização

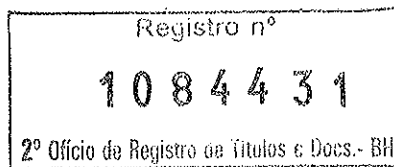
4.6.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2016 e a segunda em 15 de junho de 2017 (“Datas de Amortização da Primeira Série”), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Primeira Série	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado
15 de junho de 2016	50,0000%
15 de junho de 2017	50,0000%

4.6.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2018 e a segunda em 15 de junho de 2019 (“Datas de Amortização da Segunda Série”), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Segunda Série	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado
15 de junho de 2018	50,0000%
15 de junho de 2019	50,0000%

4.6.3. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado monetariamente desde a Data de Emissão, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2020, a segunda em 15 de junho de 2021 e a terceira em 15 de junho de 2022 (“Datas de Amortização da Terceira Série”), conforme tabela a seguir:



Datas da Amortização das Debêntures da Terceira Série	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série a ser Amortizado ^(*)
15 de junho de 2020	33,3300%
15 de junho de 2021	33,3300%
15 de junho de 2022	33,3400%

(*) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.7. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.7.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2012 e o último pagamento em 15 de junho de 2017, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

4.7.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2012 e o último pagamento em 15 de junho de 2019, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

4.7.3. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2013 e o último pagamento em 15 de junho de 2022, que é a Data de Vencimento da Terceira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série").

4.8. Local de Pagamento

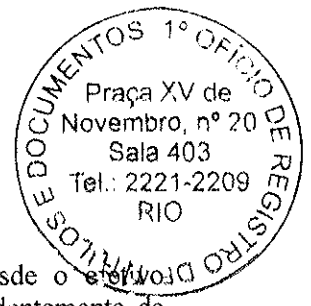
Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.9. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.8 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.10. Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o



montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.11. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.10 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.12. Preço de Subscrição

4.12.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição e Integralização, de acordo com o disposto nos itens 4.2 e 4.3. desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento, observado o disposto no subitem 3.5.2.1. acima.

4.13. Prazo e Forma de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Subscrição e Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP. As Debêntures de séries diferentes poderão ser subscritas e integralizadas em datas diversas, observado que as Debêntures de uma mesma série deverão sejam subscritas e integralizadas na mesma data, sendo que as Debêntures da Segunda Série somente poderão ser colocadas após as Debêntures da Primeira Série tiverem sido integralmente colocadas e as Debêntures da Terceira Série somente poderão ser colocadas após as Debêntures da Segunda Série tiverem sido integralmente colocadas.

4.14. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.15. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.andradegutierrez.com.br), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Valor Econômico", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.16. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando custodiadas eletronicamente no SND.



4.17. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.18. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.19. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

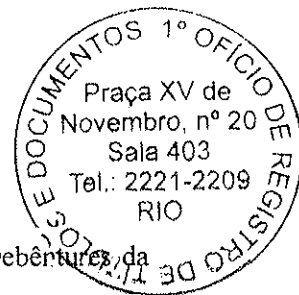
5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Fiadora e posteriormente arquivados na JUCEMG e registrados nos Cartórios de RTD, sem prejuízo da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, se necessário.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, (i) a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série em Circulação (“Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série”); (ii) a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Segunda Série em Circulação (“Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série”); e (iii) a partir do 73º (septuagésimo terceiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Terceira Série em Circulação (“Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série”).

6.1.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, o Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou o Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série somente poderão ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos do item 4.15 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, conforme o caso, a ser implementado pela Emissora (“Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser



um Dia Útil. Todas as Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série que vierem a ser resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, o Resgate Antecipado facultativo da Segunda Série e/ou o Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, conforme o caso, será total ou parcial; (c) as respectivas séries das Debêntures que serão resgatadas; (d) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devidamente atualizado, se for o caso, será acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, e (ii) de prêmio de resgate; e (e) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, conforme o caso.

6.1.3. O preço unitário de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série será calculado somando-se o prêmio de resgate ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Pu_{\text{resgate}} = VNA + (d/D * 0,0050 * VNA)$$

Onde:

Pu_{resgate} = preço unitário de resgate das Debêntures da Primeira Série;

VNA = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

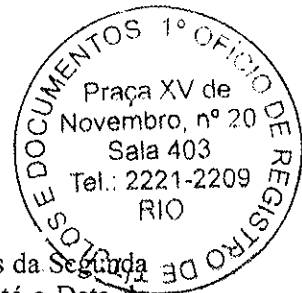
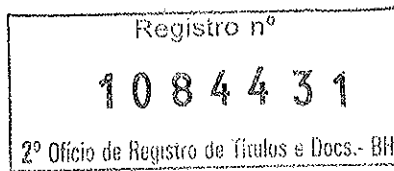
D = quantidade de dias corridos entre o início do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão e a Data de Vencimento da Primeira Série.

6.1.4. O preço unitário de resgate a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série será calculado somando-se o prêmio de resgate ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Pu_{\text{resgate}} = VNA + (d/D * 0,0100 * VNA)$$

Onde:

Pu_{resgate} = preço unitário de resgate das Debêntures da Segunda Série;



VNA = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre o início do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão e a Data de Vencimento da Segunda Série.

6.1.5. O preço unitário de resgate a que farão jus os Debenturistas da Terceira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série será o maior valor entre (A) e (B) abaixo, acrescido dos Juros Remuneratórios da Terceira Série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série imediatamente anterior, até a Data de Regate Antecipado das Debêntures da Terceira Série:

(A) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, corrigido pela Atualização da Terceira Série, até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série; e

(B) soma (a) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, e (b) dos Juros Remuneratórios da Terceira Série não pagos, desde a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série até a Data de Vencimento da Terceira Série, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTN-B (conforme definida abaixo); e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme a seguinte fórmula:

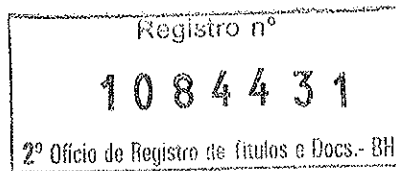
$$PU_{resgate} = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VNE_k}{FVP_k} \times C_{resgate} \right)$$

Onde:

VNE_k = valor de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures da Terceira Série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série acrescido dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, definidos após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*;

N = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo n um número inteiro;

$C_{Resgate}$ = Fator da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série;



FVP_k = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTNB)x(1 + 0,007)]^{(n_k/252)}$$

NTN-B = a média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B (“NTN-B”) com vencimento em 15 de agosto de 2022, apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série; e

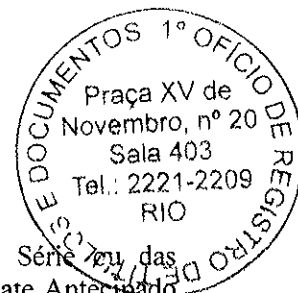
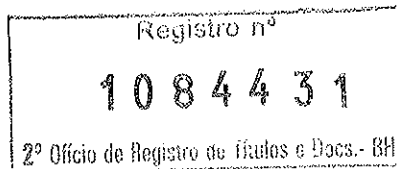
n_k = número de dias úteis entre a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série, exclusive, e a Data de Amortização da Terceira Série programada de cada parcela “k” vincenda inclusive.

6.1.6. Quando o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série for parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto nos itens 6.1.6.1 e 6.1.6.2 abaixo, além da Cláusula X desta Escritura.

6.1.6.1. O Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, o Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, quando parciais, deverão ser realizados para as Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série registradas no SND de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série, a serem resgatadas por Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e/ou Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento de resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.6.2. Caso, por qualquer razão (a) não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme previsto no item 6.1.6 acima, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da Data de Resgate Antecipado, ou (b) ainda que havendo a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio entre os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série ou Debenturistas da Terceira Série reunidos em Assembleia Geral, conforme previsto no item 6.1.6 acima, o sorteio relativo ao Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série parcial ocorrerá com relação à totalidade dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série ou dos Debenturistas da Terceira Série detentores de Debêntures em Circulação.

6.1.7. Quando o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, o Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, conforme o caso, ocorrerem com



relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série que estiverem custodiadas eletronicamente no GND, o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, o Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou o Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série, seguirão os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

6.1.8. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora através de correspondência com o “de acordo” do Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo da Terceira Série com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

6.1.9. As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Amortização Antecipada Facultativa

Não haverá amortização antecipada facultativa das Debêntures.

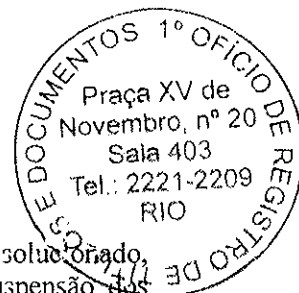
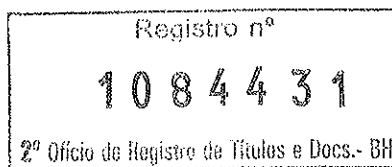
6.3. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.3. não farão jus a voto em Assembleia Geral de Debenturistas enquanto permanecerem em tesouraria e, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação da respectiva série.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto no item 7.2 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos eventualmente devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução, liquidação ou a extinção da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões; (ii) a decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da



Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido pelo Juízo competente, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, em qualquer dos casos no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da citação da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, conforme o caso, ou no prazo legal aplicável; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pela Andrade Gutierrez Concessões em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) nos termos da regulamentação aplicável à época, qualquer evento que legalmente caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões que não aqueles descritos nos subitens (i) a (vi) acima;

(c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, principal ou acessória, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou seu equivalente em outra moeda;

(d) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora e/ou contra a Andrade Gutierrez Concessões cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pela Andrade Gutierrez Concessões, conforme o caso;

(e) descumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora e/ou a Fiadora e/ou a Andrade Gutierrez Concessões, em valor, individual ou agregado, na data em que a referida decisão deveria ter sido cumprida, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas;

(f) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da ocorrência do descumprimento;

(g) inobservância do registro da presente Escritura nos Cartórios de RTD na forma e no prazo estabelecidos na Cláusula 3.8.10 acima;

(h) caso a Fiança constituída nos termos desta Escritura, por qualquer fato atinente ao seu objeto, se torne inexequível, inválida ou ineficaz para assegurar o pagamento das obrigações da Emissora nos termos desta Escritura e das Debêntures e tal invalidade, ineficácia ou inexecutibilidade não seja revertida no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da sua ocorrência;

(i) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou a Fiadora e/ou a Andrade Gutierrez Concessões sejam partes como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o



referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda;

(j) cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Emissora e/ou a Fiadora e/ou quaisquer de suas sociedades controladas, sendo que, para os fins desta Escritura de Emissão, sociedades controladas são aquelas em que mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora ("Sociedades Controladas"), sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, Assembleia Geral de Debenturistas das Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, especialmente convocadas para esse fim, exceto (1) pela incorporação, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas Sociedades Controladas ou coligadas (de modo que a Emissora ou a Fiadora seja a incorporadora); e/ou (2) pela reorganização societária realizada exclusivamente entre a Emissora e as Sociedades Controladas da Emissora ou entre a Fiadora e as Sociedades Controladas da Fiadora, sendo certo que, em ambos os casos descritos nos subitens (1) e (2) acima, após a respectiva transação societária, a Emissora e/ou a Fiadora (conforme o caso) deverá deter o controle das demais sociedades envolvidas;

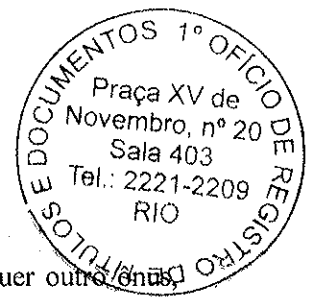
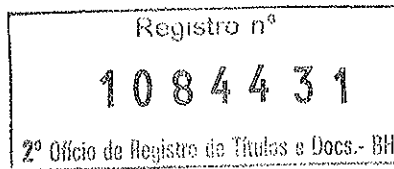
(k) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações ou quotas do capital social da Emissora, da Fiadora e/ou das Sociedades Controladas, de modo a resultar em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora e/ou para a Fiadora;

(l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

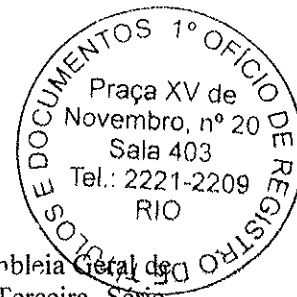
(m) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, ou qualquer operação de alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pelos atuais controladores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, do poder de controle direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora e/ou da Andrade Gutierrez Concessões, conforme o caso;

(n) se os Debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Emissora, exceto no que tange às obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;

(o) venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação, pela Emissora, pela Fiadora, ou por qualquer das controladas da Emissora, incluindo sem limitação a Andrade Gutierrez Concessões, em qualquer operação isolada ou série de operações, de participações societárias ou de bens imóveis que tenham contribuído com mais de 20% (vinte por cento) do EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.1(bb) abaixo) consolidado da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à respectiva venda ou alienação, exceto (A) conforme permitido no item (p) abaixo; e (B) pela eventual transferência de ações de emissão da CEMIG pela AGC Energia S.A. para fins do estrito cumprimento do disposto no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Perpétuas Participativas, Não-Convertíveis, Permutáveis, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, da AGC Energia S.A., datada de 28 de fevereiro de 2011, conforme aditada de tempos em tempos;



- (p) criação de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus"), sobre participações societárias de propriedade da Emissora e/ou da Fiadora e/ou das Sociedades Controladas, excetuados: (a) os Ônus existentes na Data de Emissão; (b) os Ônus criados em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações ou formalizações, totais ou parciais, em qualquer dos casos desta alínea, em relação a dívida garantida e existente na Data de Emissão; (c) os Ônus criados em decorrência de eventual operação da Emissora e/ou da Fiadora com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES ou qualquer outro banco de fomento; (d) usufrutos sobre ações de emissão de Sociedades Controladas até o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (e) os Ônus cujas obrigações garantidas não ultrapassem, em conjunto, 20% (vinte por cento) do EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.1(bb) abaixo) consolidado da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à criação de tal Ônus.
- (q) mudança ou alteração relevante no objeto social da Emissora ou da Fiadora de forma a alterar as suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades desenvolvidas atualmente;
- (r) caso quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura não sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (s) reduções do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) com relação à Emissora, previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças da Emissora, da Fiadora e/ou das Sociedades Controladas, exceto se (i) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora, a Fiadora ou as Sociedades Controladas, obtiver um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção das autorizações, concessões, alvarás ou licenças respectivas; ou (ii) se a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão comprovadamente não resultar em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora e/ou a Fiadora;
- (u) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora e/ou para a Fiadora;
- (v) aplicação e ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na presente Escritura;
- (w) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- (x) cessão, promessa de cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação de quaisquer das obrigações da Emissora e/ou da Fiadora relacionadas às Debêntures, sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em



Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, Assembleia Geral de Debenturistas das Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, especialmente convocadas para esse fim;

(y) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora e/ou pela Fiadora, caso a Emissora e/ou a Fiadora estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão;

(z) rebaixamento do *rating* da Emissão em 2 (dois) níveis (*notches*) conforme avaliação de classificação de risco emitida pela Standard & Poor's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Moody's;

(aa) declaração de nulidade ou invalidade desta Escritura por decisão judicial ou arbitral que não seja revertida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva decisão; e

(bb) não cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, durante a vigência das Debêntures, dos índices financeiros a seguir descritos por 2 (dois) períodos consecutivos de apuração, a serem verificados trimestralmente, no caso da Emissora, e por 2 (dois) períodos consecutivos de apuração, a serem verificados semestralmente no caso da Fiadora, apurados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras trimestrais individuais da Emissora e nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas da Fiadora, sendo que a primeira verificação do atendimento dos Índices Financeiros (conforme definido abaixo) a ser realizada pelo Agente Fiduciário deverá ocorrer com relação aos números divulgados pela Emissora e pela Fiadora, conforme o caso, relativos ao 1º (primeiro) semestre de 2012;

(i) Com relação à Emissora, o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 1,00 (um inteiro) ("Índice Financeiro da Emissora"); e

(ii) Com relação à Fiadora, o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) ("Índice Financeiro da Fiadora" e, conjuntamente com o Índice Financeiro da Emissora, os "Índices Financeiros");



Onde:

“Dívida Líquida” significa (a) o somatório de todas as dívidas financeiras individuais da Emissora e/ou consolidadas da Fiadora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como avais ou fianças prestadas pela Emissora ou Fiadora, exceto (i) fianças ou avais prestados para fins exclusivos de assegurar a finalização de obras ou garantias de obras (*fiança completion*); (ii) fianças ou avais prestados em favor da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas Sociedades Controladas; e (iii) a Fiança prestada nos termos da presente Escritura; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e do diferencial por operações com derivativos;

“Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Emissora ou da Fiadora constante das demonstrações financeiras trimestrais individuais da Emissora ou das demonstrações financeiras semestrais consolidadas da Fiadora, conforme o caso, imediatamente anteriores à data da verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário; e

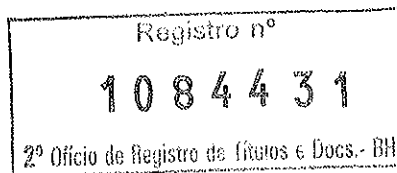
“EBITDA” significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

7.1.1. O Índice Financeiro da Fiadora será verificado semestralmente, com base nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas da Fiadora: (i) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, demonstrações financeiras, neste caso, auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM; e (ii) relativas aos semestres encerrados em 30 de junho de cada ano, demonstrações financeiras, neste caso, não auditadas por auditores independentes, mas que serão acompanhadas de comunicação formal de um diretor estatutário da Fiadora atestando a validade e correção dos dados financeiros nelas apresentados.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos subitens (a), (b), (c), (d), (e), (g), (h), (i), (j), (l), (o), (p), (s), (w), (x) e (y) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora e à Fiadora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.3 acima, (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação; e/ou (c) Debenturistas da Terceira Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da



Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

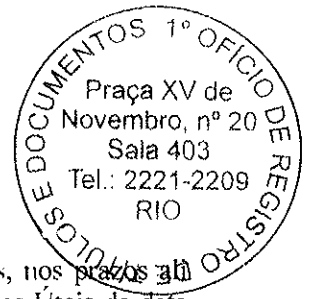
7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário referida no item 7.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.10 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores:

- (a) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à época, contado após o término do exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório da administração e parecer dos auditores independentes;
- (b) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à época, contado após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras individuais relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”) ou de norma que venha a revogá-la,



alterá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas e eventuais, nos prazos previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizadas; e

(d) a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;

(b) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias gerais de acionistas que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias corridos após as respectivas publicações;

(c) em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório anual, além de quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura e respeitando os prazos legais e regulamentares a que tais informações estejam sujeitas, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

(d) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

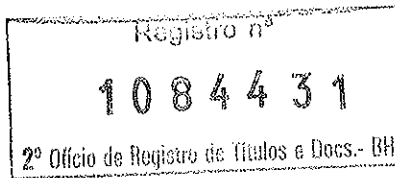
(e) informações sobre qualquer fato que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar, de forma negativa, o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato;

(f) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a publicação das demonstrações financeiras da Emissora, trimestralmente e/ou anualmente, conforme o caso, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura, bem como a memória de cálculo que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros da Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(g) os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating* no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, respeitado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive no inciso XIII do artigo 12 da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), tenham acesso, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.



8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos solicitados por aquela autarquia, incluindo notificação de convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, e, ainda, prestar as informações adicionais que lhe forem solicitadas pela CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável e cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores nos termos da Instrução CVM 480, bem como manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário junto ao SND durante o prazo de vigência das respectivas Debêntures, efetuando o pagamento pontual dos custos decorrentes desses registros.

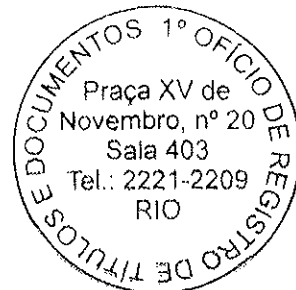
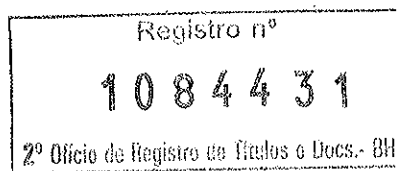
8.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.9. Observado o disposto no item 8.1.29 abaixo, notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora.

8.1.10. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades (inclusive decorrentes de impactos negativos de caráter reputacional ou de imagem), ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante").

8.1.11. Cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante.

8.1.12. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou venham a ser questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa ou cujo não pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.



8.1.13. Adotar todas as medidas necessárias para:

- (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;
- (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;
- (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante; e
- (d) estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste item 8.1.14 para as Sociedades Controladas, conforme aplicável.

8.1.14. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Agente Escriturador; (c) Agente Fiduciário; e (d) o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND).

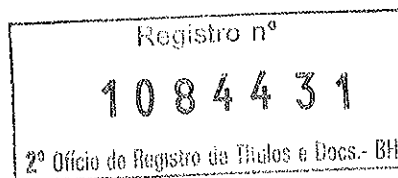
8.1.14.1. Relativamente à agência de *rating*, a Emissora deverá contratar e manter contratada pelo menos uma agência de *rating* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, em relação à respectiva classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating* nos termos do subitem (f) do item 8.1.2 acima; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar outra agência de *rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de *rating* seja a Standard & Poor's, a Moody's America Latina ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de *rating* substituta.

8.1.15. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento.

8.1.16. Comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista no item 3.4 acima.

8.1.17. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.18. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no item 8.1.2(f) acima.



8.1.19. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4.1(o) abaixo.

8.1.20. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures de qualquer série, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

8.1.21. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.

8.1.22. Apresentar, por meio desta Escritura, da lâmina de distribuição com esforços restritos contendo as condições da Oferta ("Term Sheet") e da declaração prestada nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

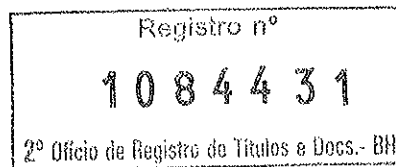
8.1.23. A Emissora e a Fiadora, conforme aplicável, obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão.

8.1.24. Informar ao Agente Fiduciário, na forma do item 12.1 abaixo, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do evento, sobre a ocorrência de qualquer reorganização societária em que esteja envolvida ou sobre a alteração de seu objeto social.

8.1.25. Promover o registro desta Escritura nos Cartórios de RTD, no prazo e forma previstos nesta Escritura.

8.1.26. Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, nos termos da alínea (a) do item 8.1.1 acima;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;



(f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 e comunicar sua ocorrência imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta; e

(g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Fiadora obriga-se, ainda, a:

8.2.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à época, contado após o término do exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e parecer dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Fiadora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Fiadora;

(b) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à época, contado após o término de cada semestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo semestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(c) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a publicação das demonstrações financeiras anuais da Fiadora, declaração de representante da Fiadora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura, bem como a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade das informações constantes das demonstrações financeiras da Fiadora, e incluindo a memória de cálculo que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros pela Fiadora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos auditores independentes da Fiadora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(d) em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, inclusive dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório anual, de acordo com a Instrução CVM 28, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

(e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Fiadora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento; e

(f) informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Fiadora e que possa vir a afetar, de forma negativa, o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato.



8.2.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.2.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário tenham acesso, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Fiadora referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Fiadora.

8.2.4. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia.

8.2.5. Notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Fiadora.

8.2.6. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante para a Fiadora.

8.2.7. Cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante.

8.2.8. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou venham a ser questionados pela Fiadora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, cujo não pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante para a Fiadora.

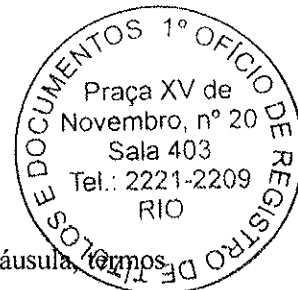
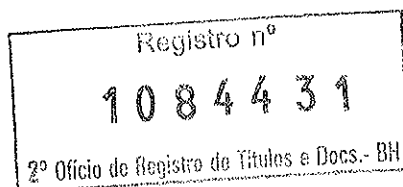
8.2.9. Adotar todas as medidas necessárias para:

(a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;

(b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;

(c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante; e

(d) estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste item 8.2.9 para as Sociedades Controladas, conforme aplicável.



8.2.10. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura.

8.2.11. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures de qualquer série, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

8.2.12. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.

8.2.13. Apresentar, por meio desta Escritura e do *Term Sheet*, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Fiadora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

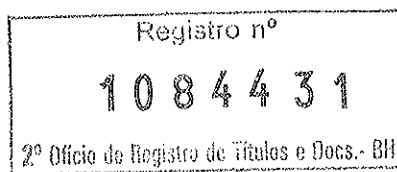
9.1.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

9.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: parcelas anuais de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

9.2.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relativas a ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações ajuizadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30



(trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar aos Debenturistas garantia prévia Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.2.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.2.5. O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

9.2.6. A remuneração prevista no item 9.2.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

9.2.7. As parcelas referentes ao item 9.2.1 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item 9.2.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

9.2.8. A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, taxas, emolumentos, autenticação de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias, ligações, notificações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.2.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, calculada desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.2.10. Os valores descritos acima serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração: (a) Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (b) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (f) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras, de forma que estes valores correspondam a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

9.2.11. A remuneração cobre os serviços inerentes à função, a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais, ressaltando-se a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.



9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

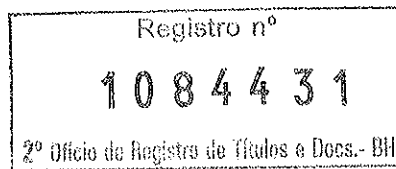
9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



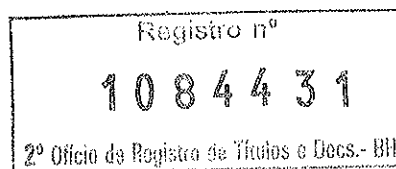
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória prevista nesta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.15 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



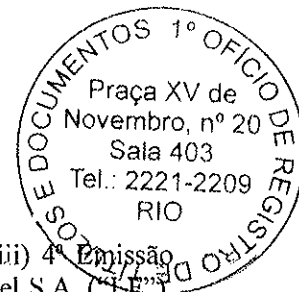
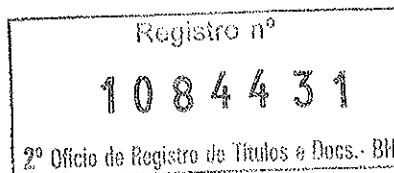
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (vii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória prestada nesta Escritura;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 7.1 acima;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (x) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures; e
- (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões listados abaixo. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, ao encerramento de cada exercício social.
 - (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período, conforme aplicável.
- (p) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (o) acima aos Debenturistas no prazo estabelecido pela regulamentação aplicável, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



- (i) sede da Emissora;
 - (ii) CVM;
 - (iii) CETIP; e
 - (iv) sede do Coordenador Líder;
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.15 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (p) acima;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (t) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (u) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (v) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria, conforme julgar razoavelmente necessário;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável;
- (y) calcular trimestralmente, no caso da Emissora, e semestralmente, no caso da Fiadora, a manutenção dos Índices Financeiros e informar imediatamente aos Debenturistas qualquer descumprimento do referidos Índices Financeiros; e
- (z) fazer com que a Emissora mantenha atualizado, pelo menos anualmente e até o vencimento das Debêntures, o relatório de *rating* das Debêntures, com sua ampla divulgação ao mercado, na forma e prazo exigidos pela ANBIMA.
- (aa) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 8ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, para distribuição pública da Telemar Participações S.A. ("Telemar Participações"), com vencimento em 15 de abril de 2013 para a primeira série e 15 de abril de 2015, em que foram emitidas 161.000 (cento e sessenta e uma mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.610.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e dez milhões de reais). Até a presente data foi



verificado evento de amortização, conforme previsão na escritura de emissão. Não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da Telemar Participações são garantidas por penhor de ações de emissão da OI S.A., conforme previsão na escritura de emissão; (ii) 11ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação Telemar Participações S.A. ("TMAR"), com vencimento em 05 de abril de 2019, em que foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da TMAR são garantidas por penhor de ações de Emissão da Tele Norte Leste Participações S.A., conforme previsão na escritura de emissão; (iii) 7ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Brasil Telecom S.A. ("Brasil Telecom"), com vencimento em 08 de agosto de 2017, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da Brasil Telecom não possuem garantias, conforme previsão na escritura de emissão; (iv) 1ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em seis séries, da espécie subordinada, sujeitas a convolação para espécie quirografária da Madeira Energia S.A. - MESA ("MESA"), com vencimento em 30 de dezembro de 2012 para 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries e 30 de dezembro de 2013 para 5ª e 6ª séries, em que foram emitidas 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da MESA são garantidas pelo Acordo de Capitalização, garantia fidejussória pela Construtora Norberto Odebrecht S.A., Andrade Gutierrez, Odebrecht Investimentos em infraestrutura LTDA. e por Cessão Fiduciária referente aos dividendos e juros sobre capital quanto às ações detidas por cada um dos intervenientes, conforme previsão na escritura de emissão; (v) 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("ViaOeste"), com vencimento em 28 de maio de 2017, em que foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de amortização, conforme previsão na escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da ViaOeste não possuem garantias, conforme previsão na escritura de emissão; (vi) 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG GERAÇÃO"), com vencimento em 15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série, 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série e em 15 de fevereiro de 2022, em que foram emitidas 1.350.000 (um milhão, trezentas e cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.350.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da CEMIG GERAÇÃO são garantidas por garantia fidejussória da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, conforme previsão na escritura de emissão; (vii) 2ª Emissão privada de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real da AG Telecom Participações S.A. ("AG Telecom"), com vencimento em 30 de outubro de 2019, em que foram emitidas 665.000 (seiscentos e sessenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$665.000.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de resgate antecipado, conforme previsão na escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da AG Telecom são



garantidas por Penhor de Ações, conforme previsão na escritura de emissão; e (viii) 4ª Emissão privada de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real da LF Tel S.A. ("LF"), com vencimento em 30 de outubro de 2019, em que foram emitidas 665.000 (seiscentos e sessenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$665.000.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de resgate antecipado, conforme previsão na escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da LF são garantidas por Penhor de Ações, conforme previsão na escritura de emissão.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução da Fiança; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

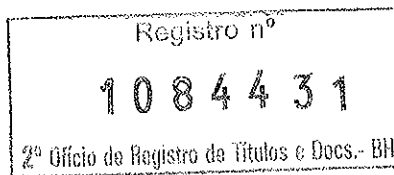
9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e



custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

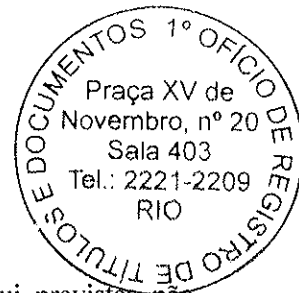
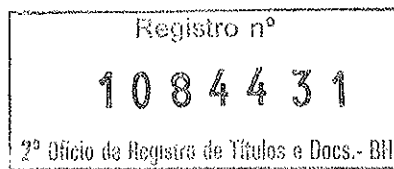
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



(j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e

(l) que verificou a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea “j” da Instrução CVM 28.

9.7.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

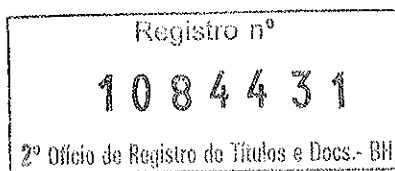
9.7.3. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.7.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações constantes da Escritura e dos demais documentos da operação.

9.7.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente aprovados por titulares de Debêntures que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, Assembleia Geral de Debenturistas das Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, especialmente convocadas para esse fim;

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (“Assembleias Gerais” ou, individualmente, “Assembleia Geral”) aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.



10.1. Convocação

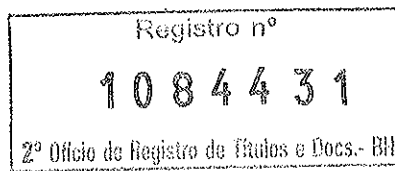
10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.15 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Terceira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Terceira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Terceira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.



10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum para quaisquer das séries, observado que, para a deliberação de matérias relacionadas a um Evento de Inadimplemento nos termos da Cláusula 7.1 acima, a(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures da Primeira Série em Circulação”, “Debêntures da Segunda Série em Circulação” e “Debêntures da Terceira Série em Circulação” todas as Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série ou Debêntures da Terceira Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série, ao Debenturista da Segunda Série ou ao Debenturista da Terceira Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série, pela maioria dos titulares das Debêntures da Segunda Série ou pela maioria dos titulares das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no item 10.4.1 acima:

- (a) os *quora* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de quaisquer das séries da presente Emissão;



(b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iii) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série ou Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série, e no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Terceira Série;

(c) exceto para autorizações ou permissões (*waivers*) cujos *quora* já estejam expressamente especificados em outros dispositivos desta Escritura, autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série ou Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série ou no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Terceira Série; e

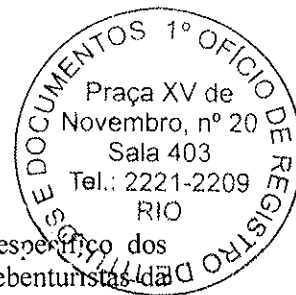
(d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5 Alterações nesta Cláusula X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento), das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6 Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão



somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

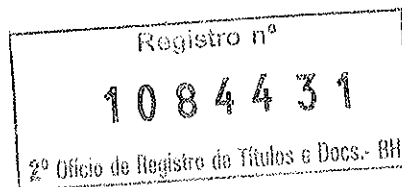
10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com registro de companhia aberta perante a CVM, o qual se encontra devidamente atualizado;
- (b) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura (e seus aditamentos) na(s) competente(s) junta(s) comercial(is) e seu registro nos Cartórios de RTD, bem como o registro das Debêntures junto à CETIP;



(g) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(h) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;

(i) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, e não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;

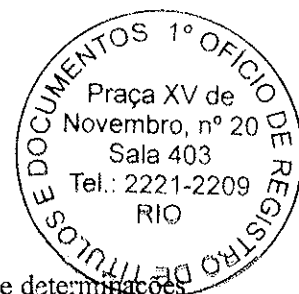
(j) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e divulgadas no Formulário de Referência da Emissora, disponível na página da CVM na Internet, e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;

(k) as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na Internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

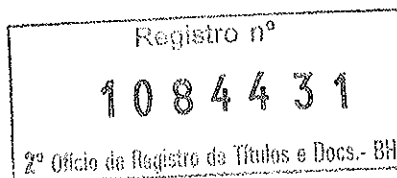
(l) o Formulário de Referência da Emissora (i) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissora, suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;

(m) as opiniões, análises e expectativas expressas pela Emissora no seu Formulário de Referência são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias materiais relevantes, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(n) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira;



- (o) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora;
- (p) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (q) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (r) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (s) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (t) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (u) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura;
- (v) nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada;
- (x) a celebração da Escritura e a Emissão não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (w) com exceção das debêntures objeto da primeira emissão da Companhia, não há, nesta data, debêntures ou notas promissórias de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto; e
- (y) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

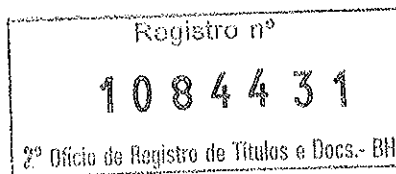


11.2. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a prestar a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a Fiança e as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração da presente Escritura e a Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Fiadora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a prestação da Fiança, exceto pelo arquivamento desta Escritura (e seus aditamentos) na(s) competente(s) junta(s) comercial(is) e seu registro nos Cartórios de RTD, bem como o registro das Debêntures junto à CETIP;
- (g) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações nela previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Fiadora e/ou quaisquer de suas controladas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) a Fiadora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) os balanços patrimoniais da Fiadora auditados e datados de 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Fiadora, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Fiadora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Fiadora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Fiadora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Fiadora, e não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Fiadora;



- (j) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Fiadora, que possa vir a afetar a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e constantes das demonstrações financeiras da Fiadora;
- (k) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (l) a Fiadora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Fiadora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Fiadora;
- (m) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Fiadora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Fiadora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Fiadora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Fiadora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (q) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (r) nenhuma das declarações constantes deste item 11.2 é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada; e
- (s) a celebração da Escritura e a Fiança não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.



CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Andrade Gutierrez Participações S.A.

Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim,
30110-937 – Belo Horizonte, MG

At.: Gustavo Coutinho

Telefone: (21) 2211-8108

Fax: (21) 2211-8032

E-mail: gustavo.coutinho@agnet.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas nº 4.200, sala 514, bloco 04, Barra da Tijuca
22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice*) / Srta. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

Para a Emissora:

Construtora Andrade Gutierrez S.A.

Praia de Botafogo nº 300

22250-040, Rio de Janeiro – RJ

At.: Gustavo Coutinho

Telefone: (21) 2211-8108

Fax: (21) 2211-8032

E-mail: gustavo.coutinho@agnet.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

06029-900, Osasco – SP

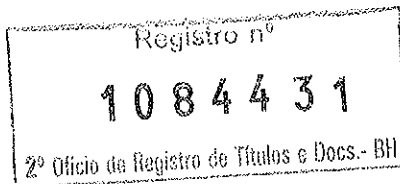
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3864-7911 / (11) 3684-2852

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br

4010.custodiarf@bradesco.com.br

4010.tomo@bradesco.com.br



Para a CETIP:

CETIP S/A – Mercados Organizados
Gerência de Valores Mobiliários
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar
01452-001 - São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não atendimento aos requisitos previstos na Cláusula II acima, conforme aplicável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes,



em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG e nos Cartórios de RTD; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora e da Fiadora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Agente Escriturador, agência de *rating* e outros prestadores de serviços essenciais à Emissão.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, do Agente Escriturador e da agência de *rating*. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, do Agente Escriturador e da agência de classificação de *rating*, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.9. Agente Fiduciário

Esta Escritura e os demais documentos relacionados à Emissão dispõem sobre atribuições e direitos do Agente Fiduciário em relação à Emissão. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual não figure como parte e/ou interveniente.

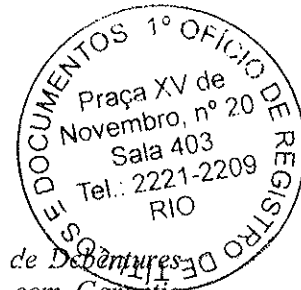
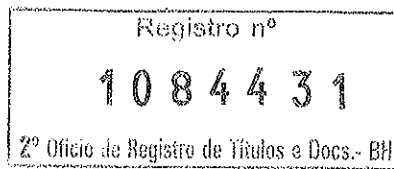
12.10. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

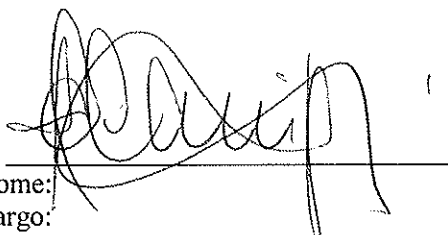
São Paulo, 23 de maio de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

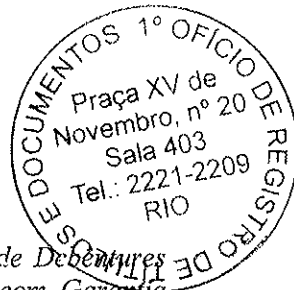


Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Andrade Gutierrez Participações.

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

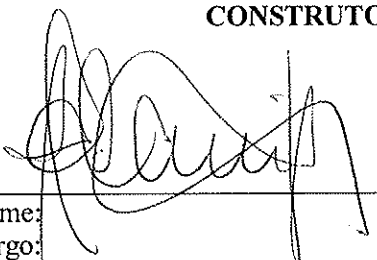

Nome: _____
Cargo: _____

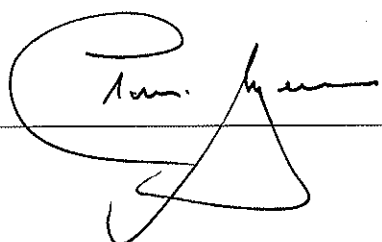

Nome: _____
Cargo: _____



Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Andrade Gutierrez Participações.

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.


Nome: _____
Cargo: _____


Nome: _____
Cargo: _____

Registro nº
1084431
2º Ofício de Registro de Títulos e Docs.- BH



Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Andrade Gutierrez Participações.

PENTÁGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: _____
Cargo: **Marco Aurélio Machado Ferreira**
Diretor

Nome: _____
Cargo: _____



Testemunhas:

Nome: _____
CPF: **107.606.307-12**

Nome: **Pedro Bruno Lima A. Silva**
CPF: **933.891.597-20**



2º RTD - 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rua Guajajaras, 197 - (31) 3224-1788 - BH/MG - CEP 30180-100
2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade

Visite nosso site: www.rtdbh.com.br

Certifico que o presente documento apresentado hoje neste
2º RTD - BH, foi protocolado, registrado, microfilmado e
digitalizado sob o nº **1084431**
O referido é verdade. Dou fé.

EMOLUMENTOS: **960,64** Belo Horizonte, **11 de Junho de 2012**
TX. FISCAL: **319,94**
TOTAL: **1.338,02**

() GETÚLIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL
() ALVINA JANETE GOMES DO AMARAL - SUBSTITUTA
() JOSÉ LUIZ NOGUEIRA - SUBSTITUTO
() SIMONY ANDREIA MONTEIRO - SUBSTITUTA
() GRAZIELLE Mª PEREIRA ASSUNÇÃO - SUBSTITUTA

Cópia de documento registrado



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.116-1/000
EM **13/06/2012**
#ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S/A#

PROTOCOLO: **12/451.683-1**
AF0359544

MARCELO DE PAULA
SECRETARIA GERAL